

CORREIO BRAZILIENSE

MUNDO

Brasília, terça-feira,
14 de março de 2000

3

EDITOR: Paulo Pestana SUBEDITORES: Claudio Caxito e Eduarda Sahlit. FONE: 342-1197/342-1193 FAX: 342-1155. E-mail: mundo@cbdata.com.br

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL COMEÇA A JULGAR CRIMINOSO DE GUERRA DA BÓSNIA

No Banco dos Réus

AFP

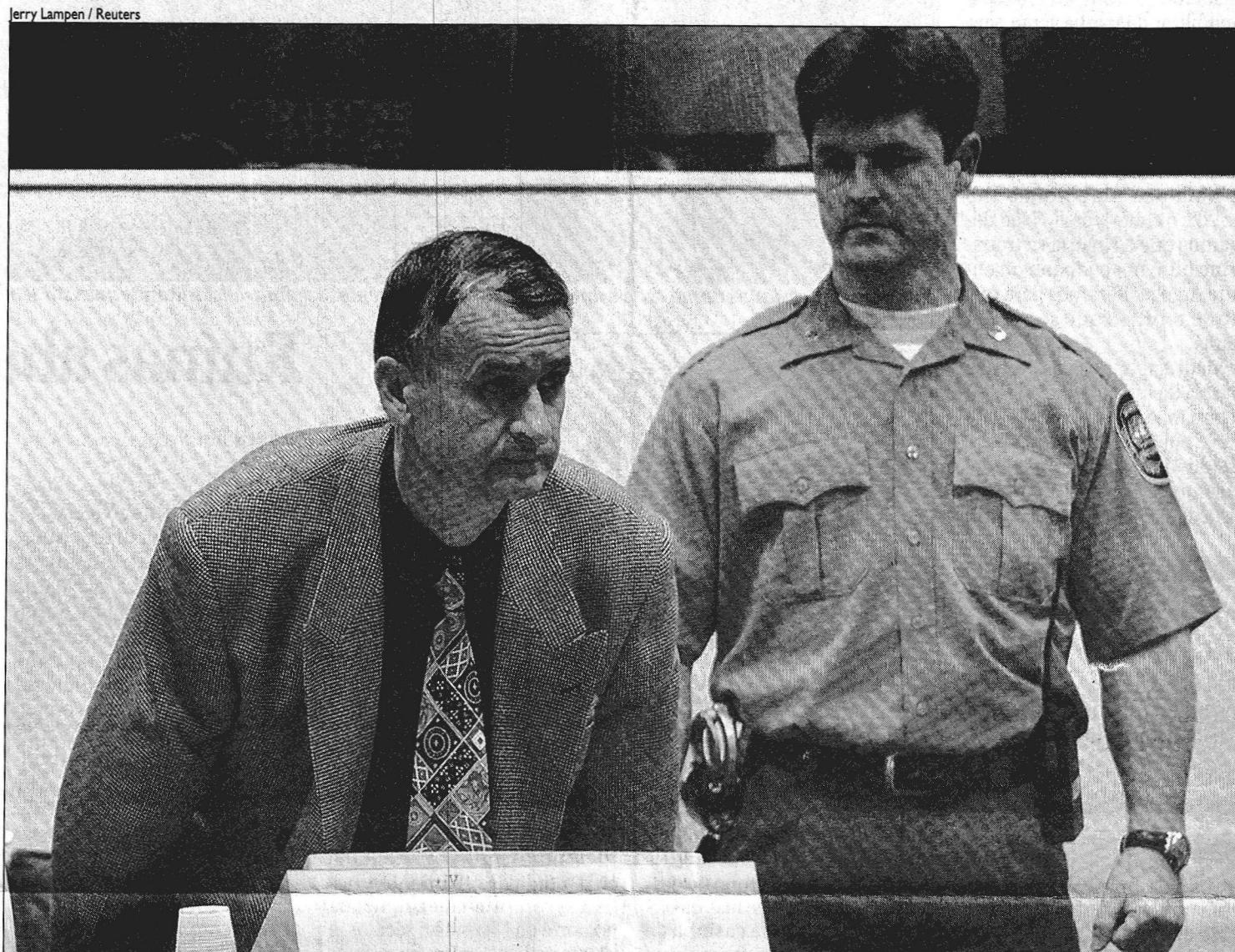
Os tribunais para julgar crimes de guerra estão a todo vapor. O tribunal de Ruanda, que julga o genocídio demais de um milhão de civis da etnia tutsi em 1994, está sendo conduzido com certa dificuldade por causa de problemas políticos dentro da África. Por outro lado, o tribunal criado para julgar os crimes cometidos em 1992, na antiga Iugoslávia, vai de vento em popa.

Os tribunais penais são instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para investigar crimes cometidos em situações de guerra, civil ou entre países — como no caso da antiga Iugoslávia —, e perseguição a etnias — como no caso de Ruanda. Conduzido por Carla del Ponte, uma itala-suíça de 53 anos, os dois tribunais funcionam de forma autônoma e tentam preservar sua isenção política para levar a cabo os processos.

Ontem, mais uma vitória do Tribunal Penal Internacional (TPI) para a antiga Iugoslávia. Começou o processo contra o general Radislav Krstic, primeiro militar sérvio de alto escalão a ser levado a julgamento pelas atrocidades cometidas em Srebrenica (Sérvia), em 1995. Comandado do ex-chefe militar sérvio-bósnio Ratko Mladic, o oficial de 52 anos vai responder por duas acusações de genocídio, cinco de crimes contra a humanidade e uma de crime de guerra. Se condenado, Krstic pode pegar prisão perpétua.

Krstic não manifestou nenhuma emoção quando foram lidas as acusações contra ele: translado e deportação de 20 mil a 30 mil muçulmanos bósnios de Srebrenica e massacres coletivos sistematicamente organizados em 11 e 17 de julho de 1995.

Krstic foi acusado secretamente pelo TPI em 30 de outubro de 1998. Foi preso cinco semanas depois, no dia 2 de de-



Radislav Krstic é acusado de ter deportado mais de 20 mil muçulmanos para campos de concentração e de cometer massacres em massa

zembro, pelas tropas da Força de Estabilização da ONU na Bósnia.

Os dois principais acusados dos massacres de Srebrenica, Ratko Mladic e o ex-chefe político dos sérvio-bósnios, Radovan Karadzic, continuam livres. No entanto, o departamento de Estado norte-americano está oferecendo uma recompensa de US\$ 5 milhões para quem der qualquer pista que leva a sua captura.

PASSIVIDADE

A tomada do enclave muçulmano de Srebrenica pelas forças sérvias, que tinha sido decreta-

da "zona protegida" das Nações Unidas, foi seguida por "uma das piores atrocidades desde a Segunda Guerra Mundial", segundo um relatório da ONU.

O enclave, no noroeste da Bósnia, foi reivindicado pelos sérvios no início do conflito, em 1992. Foi decretado "zona de segurança" pela ONU em abril de 1993, numa última tentativa de evitar a queda. Mesmo assim foi tomada pelos sérvios em 11 de julho de 1995, quando era protegido por uma unidade de capacetes azuis holandeses — tropa sob o comando da ONU.

Sem armamentos adequados, os holandeses fugiram para a

base das Nações Unidas em Potocari, no norte, seguidos por milhares de refugiados. Os soldados da ONU viram quando os soldados sérvios separaram os homens em idade de combate do resto da população, que fugiu do enclave.

Desde o fim da guerra especialistas do Tribunal Penal Internacional exumaram, no noroeste da Bósnia, fossas comuns que continham 2 mil corpos, supostamente mortos no massacre de Srebrenica. O Comitê International da Cruz Vermelha diz que mais de 7 mil muçulmanos continuam desaparecidos, provavelmente executados.

Em um relatório divulgado em 15 de novembro de 1999, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, culpou o conjunto da comunidade internacional pelo fracasso na proteção da cidade, e concluiu que era impossível assegurar que "uma ação mais firme dos holandeses pudesse ter salvado mais vidas". Na Holanda, os soldados da ONU foram acusados de passividade ante os sérvios.

RÚSSIA

Pela primeira vez, representantes do Conselho da Europa acusaram os russos e chechenos de terem cometido crimes de

guerra na Chechênia, ao mesmo tempo em que a Rússia anuncia finalmente a captura de um dos chefes rebeldes separatistas. "Foram cometidas graves violações aos direitos humanos e crimes de guerra por parte dos dois lados na Chechênia", assegurou o chefe da delegação parlamentar do Conselho da Europa, Lord Judd, no final de uma visita de dois dias à região.

Lord Judd pediu ao governo russo que inicie as negociações com o presidente separatista checheno, Aslan Maskhadov, considerando que "seria um bom ponto de partida" para o processo de paz. No entanto, o Kremlin rejeitou categoricamente essa recomendação.

A delegação do Conselho da Europa fará um relatório que deverá ser apresentado na sessão de abril da Assembléia parlamentar, e que avaliará a possível suspensão da Rússia do organismo.

O representante especial do Kremlin para os direitos humanos na Chechênia, Vladimir Kalamanov, considerou que "evocar uma eventual exclusão da Rússia" do Conselho da Europa é um "insulto". A Rússia não tolerará nenhuma ordem, afirmou Kalamanov, e advertiu que as consequências de uma decisão semelhante seriam "imprevisíveis".

O chefe da comissão das relações exteriores da Duma (Câmara Baixa do Parlamento russo), Dmitri Rogozin, classificou as acusações dos países europeus de incursões na "política interna" do país.

O presidente russo, Vladimir Putin, disse estar contente com a prisão de Salman Radouiev, uma das ovelhas negras de Moscou e primeiro líder checheno que caiu vivo nas mãos dos russos. Radouiev foi levado a Moscou para ser julgado por banditismo e terrorismo. "Espero que seja apenas o começo" das prisões dos líderes chechenos, declarou Putin.